



Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008)
Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação
6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)
ISBN 978-989-95500-1-8



A domesticação dos dominados: um estudo das relações entre os gêneros

MARIA MARCELITA PEREIRA ALVES

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Resumo:

O presente trabalho busca apontar aspectos da ideologia do discurso masculino que definem um conceito de masculinidade e a contrapartida do comportamento feminino, no sentido de explicitar os vieses da trama que, a homens e mulheres, nos enreda

A Análise do Discurso de linha francesa privilegiando a enunciação e o contexto, destacando a implicação e os conceitos de cenografia e de ethos, fornece-nos instrumentos capazes de desvelar o avesso da superfície das palavras, franqueando o não-dito e desvelando, assim, o pensamento que sob elas se sustenta. Essa perspectiva de análise das relações entre homens e mulheres projetadas na palavra, oferece sustentação em fundamentos teórico-lingüísticos, daí termos escolhido essa trilha para melhor compreender a relação de dominação-submissão entre os gêneros.

Palavras-chave:

Discurso, dominação, submissão.

“... as relações de comunicação são sempre ...relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações...É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação... contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados” (Bourdieu, 2003)

Inscrito num dos documentos mais notórios da cultura ocidental, o mito adâmico instaura-se como justificativa para a dominação do homem sobre todas as criaturas, impondo-se ao longo de milênios e chegando até nossos dias. Assim, no reverso da dominação, o patriarcalismo instaurou a submissão da mulher como recurso para a efetivação do domínio masculino. Fundada na ordem do divino, a prevalência do homem mantém-se até hoje, manifestando-se tanto por atitudes explícitas quanto veladamente, através de sistemas simbólicos que atuam como legitimadores da ordem masculina na organização de nosso modo de ver e de nos pensarmos no mundo.

Instituída num esquema de oposições, a relação entre os sexos dinamiza comportamentos e atitudes que se subordinam a uma ordem da qual nem sempre temos consciência. Assim, inserido num sistema de valores que priorizam o homem em detrimento da mulher, o universo masculino é

orientado, desde o nascimento, por uma ideologia que se afirma em termos de supremacia e poder. A ele compete, sempre, lutar. Concebendo a vida enquanto luta, a conquista é seu correlato natural. Daí que, nesse universo, a mulher é seu antagonista natural. Mantê-la sob jugo é condição necessária para assegurar o equilíbrio de suas relações. Estabelecidas em sistemas de oposições, essas relações forjaram-se em modos de percepção e de pensamento, engendrando ações de cujas implicações nem sempre temos consciência.

De modo geral, os sistemas simbólicos, que o mito da diferenciação construiu ao longo dos tempos, mantêm, no mundo atual, os mesmos signos de diferenciação sob os quais se forjaram. Como instrumentos de conhecimento e de comunicação, esses sistemas desempenham uma função política em seu sentido mais amplo - de meio de coordenação de forças, no intuito de conformar os atos com os objetivos que os determinam, ou seja, como instrumentos de imposição e de dominação, assegurando a prevalência de um sexo sobre o outro, fechando-se, assim, num círculo vicioso difícil de ser rompido, dada a força de perpetuação que está na base da atuação dos símbolos, pois, perdida a relação com os fatos que lhes dão origem, perdem seu componente objetivo e consciente, validando-se como instrumentos inquestionáveis de conhecimento de mundo e de reconhecimento do modo de nele estar. Com base nesses pressupostos, podemos compreender a segregação da mulher ainda vigente em muitos países como também as discriminações que ela ainda sofre até mesmo em sociedades bem desenvolvidas.

O percurso para uma autêntica integração entre homens e mulheres, cujos primeiros movimentos efetivos datam do início do século passado, tem sido árduo e não se limita apenas à conquista da igualdade de direitos por parte da mulher, mas inclui também a derrubada das pilastras socioculturais que fundamentam a ideologia do macho, ainda em plena atuação na sociedade contemporânea, apesar das conquistas femininas no campo dos direitos civis.

A adoção, por parte dos homens, de atitudes e comportamentos inimagináveis por seus congêneres de cinco ou seis décadas atrás, como, por exemplo, a preocupação e o cuidado com a aparência, reconhecido apanágio da feminilidade, o uso de roupas unisex, perfumes e produtos de beleza e também a quebra do tabu da virgindade feminina, moeda forte no comércio matrimonial de pouco tempo atrás, não significam um rompimento com as estruturas mais profundas que permeiam as atitudes e ainda modelam o pensamento machista em nossa sociedade..

Perde-se no remoto dos tempos a organização patriarcal das sociedades de origem judaico-cristã, para falar apenas daquela em que estamos inseridos. Herdeiros que somos de uma cultura em que ao homem competia determinar e comandar e à mulher obedecer e servir; em que a minusvalência feminina se materializava na sua incapacitação para toda e qualquer atividade que escapasse aos contrafortes do lar e adjacências; em que a submissão era muitas vezes condição sine qua non da própria salvação; em que a mulher era fonte de impureza e de pecado e, se formos mais longe, em que a ela era atribuída a condenação de toda a humanidade, podemos compreender quão difícil é para os homens abrirem mão de suas prerrogativas de senhores do mundo e aceitarem-na como companheira de sua aventura na Terra em igualdade de condições., sem vilipendiá-la.

Outrossim, vale lembrar que, saindo do seio da família para o imprevisível do mundo, não por um ato de vontade, mas porque requisitada, quando da falta de mão de obra masculina, durante a Primeira Grande Guerra, atendendo, portanto, às solicitações do universo masculino, também ela relutou e, em muitos aspectos, reluta ainda, em aceitar sua nova condição. Rompido fortuitamente, o modelo não se esvaiu. A mulher continua sofrendo discriminações e sendo vítima de agressões, desconsiderações, e sendo motivo de galhofas e de outras hostilidades.

A título de ilustração, apontamos a revista ISTO É de 30/06/04 que reproduz, na capa, o título de um dos artigos que a integram, ou seja, bater em mulher agora é crime, em que o dêitico temporal

agora leva-nos a pressupor um antes, em que não o era, autorizando-nos a dizer que, até aquela data, não havia, no Brasil, uma lei que respondesse pela defesa da mulher quando agredida no âmbito da família. Isso implícita, por sua vez, uma ideologia ainda patriarcal fundamentando um conceito de família que concedia ao homem plenos poderes sobre seus membros, permitindo-lhe, inclusive, castigar a mulher no caso de desobediência ou qualquer outro ato que, a seu critério, merecesse punição. Tal prerrogativa, ainda que não conste do código civil, permanece viva. A antiga lei da “regra do polegar”, que permitia, ao homem, no século XIX, bater em sua mulher e em suas filhas com uma vara, desde que essa não ultrapassasse a largura de um polegar, derivou em agressões muitas vezes mais violentas, só agora integradas na criminalidade, tornando-se passíveis, portanto, de punição. Todavia a necessidade de se criar uma lei específica para agressões dessa natureza, de absoluta premência, diga-se, não elimina, mas confirma, a permanência de uma ideologia sexista subliminar a perpassar ainda as relações entre homens e mulheres em nossa sociedade. Assim, no campo da moral social, para nos referirmos apenas a um aspecto, ao homem cabem ainda comportamentos e atitudes reveladores de uma ideologia que menospreza a mulher, mas que são, quase sempre, por ela endossados.

Da bíblia até nossos dias

Exaltado por Deus como obra suprema, feito à Sua imagem e semelhança, coube ao homem o domínio sobre todas as criaturas e sobre todas as coisas. Já a mulher, ser de menor valor, diferentemente de todos os outros animais, foi retirada de um pedaço do próprio homem e dada a ele como colaboradora e ajudante. Discriminada desde a criação, a ela foi atribuída ainda a culpa maior pela perda do paraíso. Castigada, portanto, não só por desobedecer às ordens divinas, mas também por incitar seu companheiro, levando-o a provar do fruto proibido, a ela coube o ônus da submissão e da dor na reprodução. “E à mulher disse: Multiplicarei grandemente a tua dor e a tua conceição; com dor parirás filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará”. (Gênesis, cap.3, v.16)

Essas premissas definidoras dos papéis masculino e feminino, atribuídas a imposições de Deus, revelam, contudo, um cunho acentuadamente patriarcalista, o que pressupõe a ingerência de um pensamento declaradamente machista na criação do mito.

Estudos sobre as origens do patriarcalismo situam-no nos limites do período neolítico (anterior aos tempos bíblicos), quando da formação das sociedades agropastoris, já não mais nômades, fixadas em terras férteis, as quais, muitas vezes, era necessário defender de povos invasores.

Atualmente, esvaziado como crença e desfeitas as amarras de uma cultura que segregava a mulher, limitando-a à maternidade e ao lar, o mito adâmico, contudo, não se desfez, atuando ainda ostensivamente, como no caso das agressões físicas ou, o que é pior, subliminarmente, ditando atitudes e conceitos que orientam não só o comportamento masculino, mas também o feminino. Adão e Eva redivivos amoldam-se ou digladiam-se, segundo a mulher endosse ou refute o comprometimento com o status masculino.

As conquistas femininas na sociedade civil, no campo da igualdade de direitos e da liberdade de agir, retirando do homem o ônus da responsabilidade sobre as mulheres, retiraram também o seu direito de posse (o que, para eles, é difícil de aceitar), mas ainda não eliminaram completamente, nas próprias mulheres, o preconceito introjetado, reconhecido agora como valor, o qual se materializa no seu modo de agir e de se pensar no mundo.

O jogo da verdade

Tomamos como ponto de partida de nosso questionamento sobre aspectos da identidade masculina uma revista¹ de circulação nacional destinada ao público masculino adulto, de periodicidade mensal e preço relativamente caro para leitores de baixa renda. A partir desse

preâmbulo, podemos, já de início, nos situarmos num universo de publicações feitas com esmero e cuidados profissionais de alto gabarito, quanto à qualidade do papel, à encadernação, aos trabalhos fotográficos, à correção gramatical, à diagramação, enfim a todos os aspectos que a compõem graficamente. No conjunto, essas características instauram uma relação discursiva cujos destinatários (co-enunciadores) se delineiam como pessoas privilegiadas, de classe sócio-econômica abastada, com nível escolar acima da média da população brasileira, o que se confirma também pelas sugestões de estabelecimentos a serem freqüentados, de viagens a serem empreendidas e pelas propagandas veiculadas, voltadas para produtos caros e sofisticados, de marcas conceituadas, como roupas, automóveis, jóias, relógios, perfumes, vinhos importados etc. Inserida num contexto urbano de grande metrópole e contemplando, em ensaios fotográficos, belezas televisivas extraídas de novelas ou programas de grande alcance da rede Globo, a revista atrai leitores de todas as partes do Brasil.

Essas qualidades confrontam-se, contudo, com um discurso sexista, que discrimina a mulher, objectualizando-a enquanto corpo que se expõe ao prazer do homem, característica que se manifesta não apenas nos ensaios fotográficos que desnudam as modelos, valorizando genitálias, nádegas e seios, mas também nas insinuações textuais que desconsideram as possibilidades intelectuais, afetivas e humanísticas das mulheres expostas. Elas são coisas. Bonitas. Mas coisas.

Podemos dizer, portanto, que a imagem feminina ainda comporta o arquétipo Eva naquilo que esse arquétipo tem de mais desabonador, ou seja, a mulher disponível para o homem, como objeto a ser usado por ele, quando e como lhe apetece. Simbolizando o prazer carnal, destaca-se sua face sedutora (insinuada por olhares e posturas carregadas de sensualidade) e por isso perigosa.. Eliminada, atualmente, a conotação de perdição, pois o prazer já não represente para o homem a danação, fica, contudo, a de objeto para o desfrute incoseqüente e descartável, a fêmea, de cujo corpo todos os machos, por direito, podem usufruir: “Depois de se exhibir para todo mundo na Casa dos Artistas, a deliciosa cantora, radialista e socialite X exhibe-se para você num ensaio fotográfico quentíssimo....” (VIP 04 / 2003), vazada numa linguagem muitas vezes sem reboços, irônica. “Isso é que é moça de família!..... e a gente is engolir essa?” (VIP 03 / 2004) e debochada. “Aposto que vários homens estão carregando a VIP pra lá e pra cá, com as preciosas dicas de como agarrar a mulherada hoje em dia” (VIP 04 / 2003). Se pensarmos a enunciação em termos de um contrato em que os participantes reconhecem-se mutuamente nos papéis que devem desempenhar, no jogo da comunicação, podemos dizer que, no caso em questão, a revista procura atender às demandas explícitas ou pressentidas de seus destinatários, entendendo-se como aquela que deve atender o consumidor em suas expectativas de macho, da melhor forma possível “Taí outro bicho que nunca está satisfeito. A gente entende e faz o possível para ir sempre além”.

Assumindo uma postura não só informal, mas ainda de cumplicidade com o leitor, o editor, em discurso direto, conversa com ele com intimidade, usando a pro-forma de tratamento você, e o vocativo leitor além de designativos como bicho e uma linguagem carregada de termos popularescos e de expressões por vezes sutilmente obscenas, como na frase “e me deixou aqui na roubada, tendo de fazer tudo”, “Freud encasquetava”, “jornalistas são assim, meio malas,” “foi um fenômeno jornalisticamente conhecido como ‘matéria que cresce na mão’”, entre outras que o identificam ao presumido leitor no seu linguajar e no seu modo de agir. No conjunto, a linguagem, se não beira a grosseria total e o baixo calão, reproduz, contudo, uma fala irreverente e abusada em termos de gírias e de expressões mais atrevidas, fazendo transparecer um ethos malicioso e frívolo, comum a editores e leitores no trato do material humano apresentado no corpo da revista. Entretanto, essa forma de se expressar não se coaduna com o tratamento gráfico, o qual pressupõe um homem de trato, elegante no modo de vestir e sofisticado, pelos lugares que freqüenta, conforme faz supor o material de propaganda e as sugestões oferecidas para diversão e lazer.

Significativo é, nesse sentido, o modo de se referir à mulher, conforme aparece em editoriais e demais artigos e matérias assinadas, usando o designativo *mulherada*, que aparece à exaustão, associado a frases sutilmente despidoras, uma revista que quer revelar todos os segredos da *mulherada para você*, onde a palavra *segredos* tem sentido ambíguo; ou ainda “ela veio deixar a *mulherada* das páginas da *VIP* ainda mais... digamos, simpáticas”, em que as reticências e o modalizador enfatizam a ironia de que o adjetivo *simpáticas* se reveste, pois não é absolutamente de simpatia que se está falando, mas de nudez. Neste aspecto, podemos referenciar também a seção de correspondência em que, sem subterfúgios lingüísticos, um leitor expressa sua reivindicação: “As edições de verão têm de ser como foi a de fevereiro: quanto menos roupa melhor”. (*VIP* idem). A mulher, portanto, vale apenas como corpo desnudo.

Nesse contexto, podemos dizer que o coletivo *mulherada* deprecia a mulher, não só por reduzi-la a um conjunto indiferenciado, não a individualizando como ser humano, mas também, e principalmente, por ter em nossa cultura uma conotação pejorativa, agressiva e discriminatória, o que promove a associação com outros coletivos de mesmo sufixo que designam animais, como *cachorrada*, *boiada* e *galinhada*, para mencionar apenas aqueles que os contextos lingüístico e de conteúdo autorizam implicar, subentendo, assim, os conceitos de *cadela*, *vaca* e *galinha*, designativos de cunho altamente aviltante para a mulher na cultura brasileira.

A depreciação e a desconsideração da mulher se marcam ostensivamente no corpo da revista *VIP* como um todo, chegando por vezes a revelar-se de forma abertamente vulgar e agressiva, como se pode ver, por exemplo, num comentário a um artigo sobre a traição feminina publicado pela revista *Cláudia* “Três vagabu..., isto é, mulheres muito bem resolvidas sexualmente contam como e por que traem. Veja só o que dizem as piranh..., isto é, mulheres muito bem resolvidas sexualmente O que nós dizemos: Mãe é mãe, paca é paca. Mulher, não. Mulher é tudo muito bem resolvida sexualmente” (*VIP* 04/ 2003). A misoginia se revela aqui como vulgaridade e safadeza..

O paradoxo da sexualidade

Periódico dirigido aos homens, já na epígrafe, revela seu posicionamento ideológico, particularizando o prazer e a masculinidade. No corpo da revista esse prazer se manifesta em duas grandes linhas, ambas completando-se mutuamente: a do prazer sexual e a do gozo da existência.

Fiel a esses aspectos, não considera a problemática existencial do ser humano que o habita em suas múltiplas possibilidades de realização, como também não o reconhece em suas angústias ou nos reveses que a vida a todos nós, indiferentemente, acarreta.

Na primeira delas, que é a que nos interessa nesta abordagem, o sexo é visto em sua dimensão exclusivamente carnal, traduzindo um conceito cultural que desqualifica o homem naquilo que, como seres humanos, nos particulariza entre os animais - a capacidade de amar. Entre outras ‘desvirtudes’, essa postura é, ainda, em nossa cultura, apanágio do macho, na qual ser macho implica. não se submeter aos sentimentos, principalmente ao amor. O gozo da vida não inclui necessariamente a companhia da mulher, mas unicamente o seu desfrute. Assim, a mulher, de objeto para a reprodução passa a ser objeto para a satisfação imediata, cujo valor vincula-se exclusivamente ao apetite libidinal que ela possa despertar.

O jornalista L.A.Garmendia, defendendo a infidelidade masculina, produziu um texto que seria cômico, se não fosse trágico, como se diz popularmente. O tom jocoso e a inconsistência de suas proposições não anulam, contudo, a ideologia que o presidiu, reafirmando um machismo que subordina as relações afetivas entre homens e mulheres ao exercício do sexo, sendo a infidelidade, por razões. ditas biológicas, um direito do homem.

Felizes são os macacos. Falo sério. Olha que maravilha ser o “macaco dominante”: ele é um cara que lidera o grupo com várias macacas, todas obrigadas por uma lei da natureza (que elas nem imaginam que existe, mas seguem) a servi-lo sexualmente na hora em que ele quiser. Mas infelizmente a idéia do “macaco dominante” foi eliminada de nossa civilização neste último século. A idéia, não a prática. Já que não tem mais um bando de fêmeas submissas à disposição, de maneira oficial, como a natureza sabiamente determinou, o jeito para o homem é pular a cerca. Nos primórdios é que coisa era natural, por que não seguimos o exemplo de nossos pais (os macacos)? Dávamos uma porretada na cabeça da moça e arrastávamos para a caverna. “Um ato instintivo, inocente, genuinamente de macho.” (sic) (Homem Atual, ano 1, nº 3)

Em suma, quando se fala em liberação feminina é preciso que se pergunte em que sentido. Em suma: Essa ideologia ancestral é a mesma que traduz o desprezo pela mulher em benefício do louvor da fêmea. Daí que as reportagens e os artigos veiculados nas páginas da revista em questão dão às mulheres que retratam e entrevistam, um tratamento ambíguo, endeusando-as como ninfas, mas desprezando-as como rameiras, dado o modo como as expõem, oferecendo seu corpo ao gozo dos leitores. e o conceito que delas têm, materializado na linguagem ou por meio dela inferindo. Reconhecida apenas como objeto para o prazer, a ela compete, nos ensaios fotográficos, recompondo o mito, impudicamente revelar-se, insinuando-se maliciosamente como fêmea no cio. Cabe a qui a perguntar de quê a mulher libertou-se. No âmbito da sexualidade, a resposta é problemática. Protegida por métodos anticoncepcionais seguros e liberta do tabu da virgindade, sofre ainda discriminação moral quando assume o direito de optar por uma relação fora do padrão ou quando imita o comportamento masculino, na base do “se ele pode, eu também posso”. Por outro lado, essa liberdade, sem a contrapartida da mudança no modo masculino de conceber a mulher, acaba por beneficiar o próprio homem, que continua tratando-a como objeto de uso, agora mais facilmente descartável. Nessa lógica, a missão da mulher é instigar a libido masculina, servindo a ele muito mais do que a si própria, expondo sua nudez para o gozo imediato e transitório, sem a contrapartida do afeto que toda relação humana pressupõe.

Enfim, ainda que desfeitos os valores da procriação, da superioridade masculina e a idéia de satanização da mulher, que, no conjunto, sustentavam a dominação, o modelo primitivo, arquétipo das relações entre homens e mulheres, permanece. A necessidade de se fazer senhor e comandante dessa relação se materializa no uso da força bruta ou na desvalorização e conspurcação da figura feminina, que a ele se submete, oferecendo-se como coisa em detrimento de qualquer valor que possa ter, Daí os adjetivos com que são descritas e as expressões com que a elas se referem articulistas e leitores terem conotações sexuais grosseiras, como, por exemplo, entre outras de maior calibre: mulherão, tá dominada, supersexy, endiabrada, que bumbum! morenaço, a boa da praia, deliciosa, estonteante. Daí também os concursos a que elas concorrem, como o Felinas 2003, quando, em posturas animais, mulheres seminuas disputam o título de melhor devassa - “..... A garota pula no palco. fica de quatro, engatinha, abre as pernas, olha fundo no meu olho, cheia de vontade. Só falta uivar. Não é uma, são 14 mulheres dispostas a tudo para conquistar a minha, digamos, simpatia” (VIP 04 / 03)

No exercício do poder que ainda preside as relações homem – mulher, a liberação feminina, por vezes, acaba sendo um engodo Confunde-se liberdade com libertinagem. Dominação e submissão, esse é o jogo.

Um par antagônico

O mito adâmico, concebido pela cultura patriarcal da linha judaico-babilônica como justificativa para a dominação do homem sobre todas as coisas e sobre todas as criaturas, inscrito num dos documentos mais notórios da cultura ocidental, a Bíblia, ultrapassou seus limites históricos e chegou até nossos dias, impondo-se, ao longo de milênios, inclusive sobre outras culturas cujos princípios

não reconheciam essa supremacia. No reverso da dominação, o patriarcalismo instaurou a submissão da mulher como recurso para a efetivação do domínio masculino. Fundada na ordem do divino, a prevalência do homem inaugurou-se como doxa, inquestionável, portanto, enquanto poder. Essa prerrogativa se mantém até hoje, independentemente das transformações e das conquistas que o aprofundamento do conhecimento humano alcançou. Não houve correspondência compatível entre os avanços científicos e tecnológicos, os conhecimentos da antropologia, a diversificação do pensamento filosófico, a reorientação da perspectiva humana no reconhecimento de nossa pequenez num universo que nos excede e a dissolução da premissa dominação-submissão nas relações humanas entre homens e mulheres.

Assim, o universo masculino é orientado, desde o nascimento, por uma ideologia que se afirma em termos de supremacia e poder, seja no meio familiar, pela preferência por filhos homens, nos brinquedos da infância, nos jogos da adolescência ou ainda nas paixões por determinadas modalidades esportivas em que predominam o uso da força e/ou a agressividade, forjando-se em padrões de comportamento que se estendem também a várias dimensões dos relacionamentos humanos, além da instaurada no mito inaugural – a dominação da mulher.

Nascido para comandar, o homem concebe a vida como luta e, neste caso, a conquista se propõe como realização, portanto, como um valor. Ao homem cabe, sobretudo, vencer. Vencer pela força, pela inteligência, pela razão, pelo dinheiro, pelo tamanho, pelo sexo... Enfim, vencer sempre. A maldição divina – ganharás o pão com o suor de teu rosto – determinando a luta, multiplicou-se ad infinitum e, no embate pelo poder, a mulher, a quem foram designadas a obediência e a dependência, foi (e ainda é) seu antagonista natural. Mantê-la sob jugo é condição necessária para assegurar o equilíbrio das relações. A ruptura desse binômio representa (ainda em muitos casos), para o homem, a desonra e, para a mulher, a insubordinação, meritória, portanto, de punição, o que de fato tem ocorrido ao longo de toda a história, e que se comprova, ainda hoje, nas culturas islâmicas mais radicais, para mencionar apenas casos extremos.

A domesticação dos dominados

A permanência de valores milenares como determinantes das relações entre os sexos explica-se, assim, em razão do poder de perpetuação de que se revestem os símbolos que o mito da diferenciação construiu ao longo dos tempos, os quais se patenteiam nas instituições que nos governam - o estado, a igreja, a escola e a família - e na linguagem. No estado, pela implantação de leis e adoção de regras que diferenciam a mulher em termos de competências, profissões, salários e elegibilidade entre outros, aspectos esses que, apenas recentemente começaram a ser reavaliados nas legislações; na igreja, por manter a segregação da mulher, de que são provas, ainda hoje, o celibato, o impedimento da mulher para as funções sacerdotais, a orientação do casamento em termos tradicionais, principalmente no que diz respeito à conjunção sexual e à orientação moral, que vincula culpa e pecado; na família unicelular, protegida pelo estado e pela igreja, por ser, como instituição, salvaguarda da tradição, e na escola, por ser a instituição responsável pelo repasse dos valores consignados pelas três primeiras.

No processo de simbolização, o órgão sexual masculino, pela característica do intumescimento, foi associado a todo processo de reprodução natural, como a germinação e a gestação, projetando-se como símbolo de fertilidade e, portanto, de vida, e conferindo, assim, ao homem o poder de mando. Sob o comando do falo, órgão fecundante e marca indiscutível da diferenciação sexual, símbolo de potência, ao homem compete garantir sua validação, o que exclui toda e qualquer manifestação de fraqueza e de debilidade. À virilidade física, apanágio incontestado do macho, agregou-se um valor moral, o da honra, cujo correlato negativo é a desonra, a vergonha. Congregando força, insensibilidade, agressividade, segurança e coragem, o macho deve ser forte e,

nessa ordem, as emoções que sensibilizam, como o amor, a compaixão e a piedade, devem ser afastadas. Também a sexualidade precisa ser constantemente provada. Chamado a demonstrar constantemente sua virilidade, independentemente de afeto, o homem reduz a mulher a objeto sexual e, como tal, ela deve estar sempre à disposição de seus instintos, como podem explicar não somente o estupro, o assédio sexual ostensivo e as insinuações verbais gratuitas de cunho erótico como também, em relações estáveis, a exigência de que a mulher cumpra seu dever conjugal sempre que lhe for solicitado. O controle dos afetos, quando não sua total supressão, traveste o amor em erotismo, fechando assim o círculo da dominação sexual.

Resumindo em si o reverso da valorização masculina, salvo raras exceções, nas culturas de origem judaico-babilônicas, ao longo dos tempos, as mulheres foram confinadas no reduto de lar (e em muitos casos ainda o são), e de lá saíam para a casa do marido. A elas era negado o conhecimento e suas tarefas consistiam em atividades vinculadas à vida doméstica, a ter filhos, de preferência homens, para seus maridos, e ao cuidado da prole. A submissão ao homem, vista como natural, era inquestionável. Consideradas tolas, fúteis, frágeis, de um lado, e, de outro, perigosas e sedutoras, resumiam em si valores negativos. Deviam atender os desejos do marido e calar-se para as coisas do mundo. Segregadas, pouca ou nenhuma oportunidade tinham de crescimento intelectual. Seu espaço era o gineceu.

Em resumo, conjugando o desvalor da mulher e a repressão da subjetividade no homem (da sensibilidade e da afetividade), fatores que submetem a ambos na construção de suas identidades, pode-se compreender, de um lado, a restrição da mulher à função de fêmea, à maternidade, aos cuidados domésticos e ao serviço erótico; de outro, o comprometimento obrigatório do homem, ser fecundante, com a função sexual, marca e apanágio da virilidade. Minimizando, portanto, os sentimentos na conjunção sexual, o erotismo ou a fecundação impõem-se como determinantes para as relações entre ambos. Quanto à desvinculação do amor ao sexo, vale a observação sobre o costume antigo de os casamentos serem programados pelos pais, muitas vezes imediatamente após o nascimento, e ainda o fato de poderem ser realizados antes mesmo de o casal atingir a maturidade sexual. Era um negócio entre homens cujo objeto era a mulher. A redução da mulher à função de fêmea confere-lhe, em contraponto, tempo de validade, favorecendo e justificando a troca de parceiras, o que é visto como um comportamento natural do homem (em muitos casos, até pelas próprias mulheres).

Na ordem da submissão, no que se refere a valores e a atitudes, à mulher competem, mantendo o sistema de oposições, a obediência, o servilismo, incluindo-se neste aspecto também a sensualidade e o erotismo e, muitas vezes, a maternidade compulsória, além da delicadeza, da docilidade, da vaidade, da solicitude, da abnegação, do devotamento, da domesticidade, da aceitação, da fidelidade e do silêncio. O descumprimento dessas prerrogativas poderia levar ao repúdio, ao castigo, a agressões e até mesmo ao crime justificado, conforme atestam documentos legais antigos e a própria literatura, recursos esses que abundam, ainda hoje, não apenas nas delegacias da mulher e no noticiário da imprensa marrom, mas também na literatura, na música e no cinema. A Amélia da música popular, 'mulher de verdade', exemplo acabado da submissão, se hoje não encontra mais referentes tão explícitos, deixou, contudo, no coração dos homens, a mesma saudade inscrita na melodia. No conjunto, o valor da mulher era (e em muitos casos ainda é) delimitado por sua capacidade reprodutiva, ou seja, por seu período fértil, e pela função materna. Objeto de posse em todos os sentidos, existindo para o outro, fosse marido ou filhos, esgotada uma função e superada a outra, perdia ela sua razão de ser. Daí que, ainda atualmente, muitas delas se deprimem quando ambas se encerram. Maldosamente jocosa, mas ilustrativa da desvalorização enquanto pessoa, é a expressão 'trocar uma mulher de quarenta por duas de vinte', que reafirma seu sentido de coisa com prazo de validade. O escritor Monteiro Lobato, no início do século XX, um

tempo, portanto, não tão remoto, ao valorizar o despertar do sentimento maternal na personagem Negrinha, no conto de mesmo nome, paradoxalmente, querendo elogiar, desqualifica a mulher, confirmando o conceito que dela se fazia em termos de sua serventia: “Varia a pele, a condição, mas a alma da criança é a mesma – na princesinha e na mendiga. E para ambas é a boneca o supremo enlevo. Dá a natureza dois momentos divinos à vida da mulher: o momento da boneca – preparatório, e o momento dos filhos – definitivo. Depois disso, está extinta a mulher”.

Atos verbais de desqualificação da mulher, reduzindo-a a objeto sexual por meio de gracejos de conotação erótica ou intelectualmente agressivos como bem exemplifica a expressão “vai lavar roupa, dona Maria!”, usada quando ela comete algum engano ao interferir no universo masculino, encontram-se disseminados por toda parte. É de se notar também o fato de os insultos e xingamentos serem feitos no feminino e de aludirem a aspectos da sexualidade. Exemplo dessa desqualificação é o caso de um senador da república brasileira que, questionado por uma mulher sobre sua integridade moral para tratar de um determinado assunto, ao invés de defender-se com explicações cabíveis, agrediu-a verbalmente com uma expressão de baixo calão, reduzindo-a à condição de meretriz, humilhando-a como mulher, em resposta à afronta de ter sido cobrado por falta de honestidade.

A garantia da dominação

Embora as conquistas femininas no campo da igualdade de direitos civis e da liberdade de ação, tenham retirado do homem o ônus da responsabilidade sobre as mulheres e, conseqüentemente, seu direito de posse (o que, para eles, é difícil de aceitar), ainda não eliminaram completamente, inclusive nas próprias mulheres, o preconceito, o qual se materializa na submissão voluntária e no modo de agir e de se pensar no mundo das próprias mulheres. É interessante observar, nesse sentido, declarações de mulheres que validam o mito, aceitando a subserviência. Da parte dos homens, nem sempre tão explícita como no caso do referido senador, a desconsideração ainda é uma constante e se desvela em atitudes de depreciação, de que são rico material as anedotas, e em referências sutis na própria linguagem, como por exemplo, na sintaxe e na concordância, a prevalência do masculino sobre o feminino ou, nos dicionários, a inserção dos verbetes no masculino. Apenas para não estender mais a exemplificação, um caso notório e recente de submissão, talvez inconsciente, é a recusa do emprego do feminino de poeta, pelas próprias poetizas, para não diminuir a qualidade de sua obra. Uma boa escritora designa-se como poeta, no masculino. Se quisermos ir mais longe, podemos inferir que essa atitude inclui também outro traço discriminatório – a ousadia da mulher em penetrar no seletivo mundo masculino da literatura. Daí a desqualificação do termo no feminino e a necessidade do emprego do masculino. A anuência das mulheres é índice de submissão.

De modo geral, os sistemas simbólicos que estruturam as relações humanas no mundo atual mantêm, todavia, os mesmos signos de diferenciação que fundamentaram as instituições que ainda nos submetem. Como “instrumentos de conhecimento e de comunicação”, esses sistemas desempenham uma função política em seu sentido mais amplo - de meio de coordenação de forças, no intuito de conformar os atos com os objetivos que os determinam, ou seja, como instrumentos de imposição e de dominação, assegurando a prevalência de um sexo sobre o outro, fechando-se, assim, num círculo vicioso que não é fácil de ser rompido, dada a força de perpetuação que está na base da atuação dos símbolos. Perdida a relação com os fatos que lhes dão origem, perdem seu componente objetivo e consciente, excluindo assim a possibilidade de questionamento. Validam-se, então, como instrumentos inquestionáveis de conhecimento de mundo e de reconhecimento do modo de nele estar. Exemplo eficiente é o emprego do substantivo masculino homem para designar toda a

humanidade, consignado na frase bíblica Deus criou o homem. A desimportância da mulher evidencia-se por seu caráter de elemento complementar.

Com base nesses pressupostos e retomando o pensamento de Bourdieu, para quem o poder simbólico é um poder invisível, o qual “só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” podemos compreender a segregação da mulher ainda vigente em muitos países de cultura islâmica, embora em diferentes graus, como também as discriminações que ela ainda sofre nas sociedades ocidentais, mesmo nas mais desenvolvidas, considerando-se, também neste caso, as diferenças de grau.

A tradição atua como uma força quase insuperável na manutenção das prerrogativas masculinas, mas o reconhecimento dessa interferência não se faz senão à custa de muita lucidez e de tempo. Forjados em milênios de civilização, os signos da supremacia masculina não são, conscientemente, reconhecidos como tais, daí que, tanto os homens como as mulheres só se identificam balizados pelos princípios que, ao longo do tempo, se vêm reproduzindo. Nas culturas ocidentais, de um modo geral, as conquistas femininas alcançaram, em termos de leis, um reconhecimento civil mais igualitário, liberando também os homens de assumirem as mulheres como suas tuteladas em qualquer situação. Entretanto é difícil para ambos reconhecerem a liberdade que as mulheres vêm alcançando. De um lado porque, assumindo-se como independentes do homem, as mulheres assumem igualmente deveres e obrigações civis de que antes eram isentas, configurando assim uma nova identidade; da mesma forma que os homens, por outro lado, desobrigados da proteção civil e moral da mulher, perdendo o direito de responder por elas civilmente e, conseqüentemente, perdendo o direito de posse, vêm perdida sua própria identidade, o que talvez seja para eles muito mais difícil de resolver do que o é para a mulher. Se lutar e vencer era condição da dominação, as conquistas femininas têm-lhes retirado em muitos casos essa prerrogativa, alterando as bases em que se garantia a dominação. Daí que muitos homens se constroem sexualmente diante de mulheres intelectualmente mais desenvolvidas ou que, em contrapartida, tentem subjugar-las pelo sexo na tentativa de reduzi-las à condição de fêmea, como pode comprovar o assédio de revistas masculinas a mulheres que se projetam no mundo masculino para que posem nuas, oferecendo-as como corpo apenas, para ser usufruído por todos os seus leitores.

No rastro do mito primordial, as relações homem/mulher realizam o paradoxo de amor e ódio. Ela é desejada enquanto fêmea, mas hostilizada enquanto rival no comando dos destinos humanos. Muito mais do que de parceria são relações de confronto. Nessa perspectiva inserem-se os movimentos feministas enquanto luta e conquista de direitos civis, confirmando, pela própria terminologia, a natureza hostil com que eram concebidas as mulheres dentro do estatuto das leis.

Nesse contexto, o homem se atribui o dever de manter a superioridade que lhe fora consignada, agora abalada, a qual não é feita só de vantagens, mas também de prejuízos. A falocracia em crise se revela, então, ostensivamente, na depreciação da mulher e, da parte desta, na submissão sexual.

Quanto ao erotismo, ao contrário da afeição, pode-se dizer que ele assegura e reforça a masculinidade pela ostentação da potência sexual, comprovando a virilidade. A mulher, nesse caso, não está vinculada aos sentimentos, mas apenas ao sexo, não se constituindo, portanto, em ameaça à ordem do falo. A forte erotização da mulher que, atualmente, permeia os meios de comunicação e a arte em suas diferentes manifestações responde pela exasperação do sexo nas relações entre homens e mulheres. É de notar que, enquanto os meninos estão interessados em brincadeiras e jogos de disputa, as meninas desde os anos iniciais, são vestidas e ensinadas a dançar de modo sedutor e muitas vezes lascivo, em atitudes e gestos incompatíveis com sua infantilidade, como se pode comprovar pela mídia televisiva. No caso das mulheres adultas, a permissividade erótica não responde a uma necessidade de defesa ou de valorização, como no caso dos homens, mas é antes

um recurso ilusório de conquista em vista de uma união estável e duradoura, o que não tem correspondência nos interesses masculinos. Muito pelo contrário, uma vez satisfeita a excitação libidinal, o vínculo se desfaz. Se antes o servilismo sexual era restrito às prostitutas no exercício do comércio sexual, atualmente não se diferencia. Sob a ótica masculina é essa a única função necessária que à mulher cabe exercer e para a qual ela, servilmente, se prepara desde a mais tenra infância na ilusão de que esse é o seu mérito. É esclarecedora da objectualização da mulher a serviço da libido masculina a frase que, embora de sentido jocoso, não deixa de ser verdadeira, dita popularmente pelo pai quando do nascimento de uma filha: 'eu antes era consumidor, agora passo a ser fornecedor'.

A exposição ostensiva do corpo feminino semi ou totalmente desnudo, em posturas marcadamente sensuais quando não abertamente lascivas, que se vêem em qualquer tipo e gênero de propaganda, comprova a obsessão do sexo na nossa sociedade, numa interpretação ainda fundamentalmente machista de nossos destinos sociais. Identificada e identificando-se exclusivamente como fêmea, em tempos em que parir não é mais sua função precípua, porque prole numerosa hoje já não distingue o homem em termos de virilidade, a ela compete, sob a égide patriarcal, servi-lo, estimulando-o sexualmente como garantia de sua própria validade. Entretanto, nesse sentido, vale também observar que muitos homens ainda vêem na fecundação uma prova que os justifica diante de si mesmos e dos outros como também muitas mulheres sentem-se diminuídas diante das outras por não poderem gerar filhos. No conjunto, porém, ambas as posturas - estimular e gerar - servem ao mesmo propósito: agradar ao homem, servindo-o sexualmente sem, contudo, a contrapartida do afeto e do reconhecimento de valores outros que poderiam distingui-las.

Do ponto de vista feminino o sexo é valorizado como algo para e não como algo em si mesmo. Fundada na subserviência, a concessão exige recompensa e é nesse aspecto que a integração se dissolve. Diferentemente dos homens, as mulheres não alardeiam o volume de homens que conquistaram, mas aquele que conseguem reter, reforçando a importância do homem como presença valorativa na vida mulher. Melhor ainda se o conquistam de outra mulher, o que as valoriza particularmente como fêmeas.

Reconhecer a igualdade entre os sexos com todas as implicações que disso possam advir é problema de ambos. Negar que a dominação ainda se assenta nos fundamentos de nossas relações só contribui para prolongar sua permanência, se não impedindo, ao menos prolongando a chegada de um novo tempo.

Bibliografia

- Bourdier, Pierre (2003). *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil,.
- Brait, Beth. (Org.) *Bakhtin. Conceitos-Chave*. São Paulo, Editora Contexto.
- Cuschnir, Luiz e Elyseu Mardegan Junior. (2001) *Homens e suas Máscaras*. Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda..
- (2001) *Homem sem Máscara*. Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda,.
- Frankel, Lois P.(2006)..*Mulheres Boazinhas não enriquecem*. São Paulo, Editora Gente,
- Gratch, Alon. (2001) *Se os homens falassem... Como compreender as atitudes masculinas*. Rio de Janeiro, Editora Campus Ltda,.
- Maigneueau, Dominique (2004). *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo, Editora Cortez.